



Estado de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ANCHIETA

OF. CMVA – Nº216/2018

Anchieta, 04 de outubro de 2018.

Exmo. Sr.

EUNÍCIO OLIVEIRA

Senado Federal

Brasília-DF

Assunto: **Encaminha Moção**

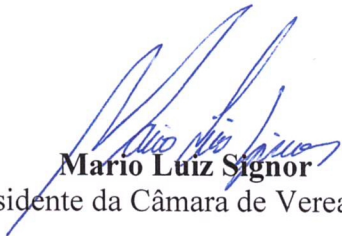
Ilustríssimo Senhor,

Através deste, encaminhamos em anexo, cópia da Moção de Apelo nº049/2018, aprovado pelos ilustres Edis em sessão ordinária realizada no dia 03/10/2018.

MOÇÃO DE APELO Nº049/2018 – A câmara de vereadores do município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição da frente parlamentar em defesa do serviço público e das empresas estatais de santa catarina, apela a vossa excelência pela imediata rejeição da medida provisória nº844/2018 que promove ataque direto às empresas públicas de saneamento básico.

Sendo que tínhamos para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,


Mario Luiz Signor
Presidente da Câmara de Vereadores



Estado de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ANCHIETA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ANCHIETA SC.

MOÇÃO DE APELO Nº049/2018

Todos os vereadores que abaixo subscrevem, com assento na Egrégia Corte Legislativa subscrevem esta MOÇÃO DE APELO, após a aprovação em plenário, seja encaminhado ao Presidente do Senado Federal e ao Presidente da Câmara dos Deputados a seguinte moção:

ASSUNTO:

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, ACOLHENDO PROPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DAS EMPRESAS ESTATAIS DE SANTA CATARINA, APELA A VOSSA EXCELÊNCIA PELA IMEDIATA REJEIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº844/2018 QUE PROMOVE ATAQUE DIRETO ÀS EMPRESAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO.

JUSTIFICATIVA:

A MP n. 844/2018 modifica significativamente a Lei n. 9.984/2000 que cria a Agência Nacional de Águas e a Lei n. 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Ao modificar a Lei n. 9.984/2000, a MP n. 844/2018 concentrou na Agência Nacional de Águas – ANA a instituição de normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento. Nesse ponto, ainda não considerado polêmico, pode verte polêmicas quando da aplicação das referidas normas de referência nacional incompatíveis com as peculiaridades regionais.

Porém, o mais impactante para os pequenos Municípios como Anchieta é a obrigação de todos os municípios realizarem consulta pública para renovar contratos com companhias públicas de saneamento, pois essa obrigação imposta aos municípios atende os interesses da Associação das Concessionárias Privadas do Saneamento Básico – ABCON que pretende afastar as empresas públicas do serviço de saneamento nas cidades lucrativas, quebrando a lógica do subsídio cruzado, forçando assim o aumento significativo nas tarifas para manutenção dos serviços nos pequenos municípios, como é o caso de Anchieta e de mais 119 municípios de Santa Catarina que a população paga tarifa é subsidiada pelo superávit da CASAN em outras 73 cidades.

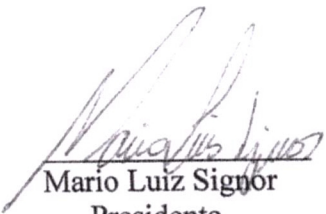
Assim, o sonho de um saneamento eficiente por empresas privadas pode se tornar realidade em locais de grande densidade populacional e, nas pequenas localidades vai elevar o custo sem esperança de melhorias.

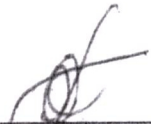


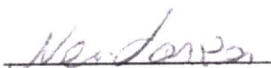
Estado de Santa Catarina


CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ANCHIETA

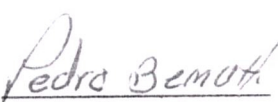
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta - SC, 26 de setembro de 2018.



Mario Luiz Signor
Presidente

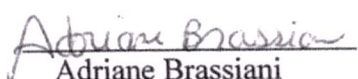

Maria Helena Trentin
Vice-presidente

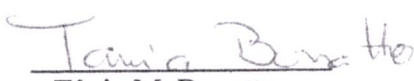

Neri Gaspar
1º Secretário


Ivo Schaeffer
Vereador


Pedro Benatti
Vereador


Carmem J. Gorczeski
Vereadora


Adriane Brassiani
Vereadora


Tânia M. Bonatto
Vereadora



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 31 de outubro de 2018.

Senhor Mario Luiz Signor, Presidente da Câmara Municipal de Anchieta – SC,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício CMVA – Nº 216/2018, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à **Comissão Mista da Medida Provisória nº 844, de 2018** do Congresso Nacional, por se tratar de assunto relativo às suas competências regimentais.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa